

# A OPINIÃO

Bi-semanário Republicano

Direcção de Manuel Marinho

AVENÇALTO

## FINANÇAS Pela Repartição de Finanças

Economia republicana. Equilíbrio orçamental. As liberdades publicas.

Apurem-se responsabilidades

Que os *superavits* dos exercicios de 1912-13 e 1913-14, foram um facto, já hoje não sofre a menor duvida, assim como nos deram em libras respectivamente, os saldos positivos de 2.650 e 976.785.

E esta verdade, tantas e tão bastas vezes contestada, confirma-a o proprio relatorio que antecede o ultimo orçamento geral do Estado.

Foi grande e intensiva a campanha infamemente levantada, então, pelos sacrificantes duma monarquia falida que viveu sempre em regimem de creditos numa constante acumulação deficitaria.

O tempo passou e a obra de equilibrio economico, iniciada nos primeiros anos da Republica, aparece, na firmesa inabalvel dos numeros, absolutamente confirmada.

A conflagração europeia a que demos uma grande sôma do nosso esforço e, sobretudo, o periodo que seguiu ao armistício, arastaram-nos para uma situação de desequilíbrio economico gravissimo.

Dificuldades de variada especie surgiram e entre ellas, predomina, como a peor de todas, a falta de sequencia na direcção do Estado.

Dominadas, um tanto, as paixões sempre acicatadas e até auxiliadas pelos proprios adversarios da Republica que, adôtaram, então, o principio de serem bons todos os processos desde que obstassem á consolidação republicana, procurou-se, em 1924, reatar o fio de reorganização e equilibrio economico ensaiado dez anos antes.

E foram tão exatos estes esforços que, como compensadora resultante, achamos em 1926 com um *deficit* reduzido a 83 mil contos e, ainda, sob a auspiciosa expectativa de fecharmos com *superavit* o orçamento de 1927-28, se a politica financeira que se vinha seguindo não houvesse sido substituida por novos e bem diferentes processos de administração.

Não ha, pois, poss vel contestação para factos duma tão clara evidencia como, na realidade, estes são.

Negar, em absoluto, que varios erros se cometeram seria contestar a existencia do proprio sol; porem devem-se a circunstancias originadas pelo ambiente financeiro de então que, nos dera aspectos novos e desentolára fenomenos estranhos na mecanica economica do mundo, em geral.

A nossa crise interna agravou-se assustadoramente, mercê da influencia e reflexo da crise externa que afectou todos os paizes, e, principalmente, os intervinientes na Grande Guerra.

Não obstante estes obstaculos a obra republicana caminhava, com plena segurança, para a certeza dos saldos positivos, em seguida ao que, apoz tão colossal esforço, se lançariam as primeiras bases dos grandes trabalhos de fomento nacional.

Só a má fé, a inqualificavel e calculada cegueira oposicionista pode, levianamente, afirmar o contrario. Todavia isso é mentir á propria realidade das coisas.

Dê resto, a garantir as observações aqui expostas, temos a considerar que, alem do saldo positivo que nos traria o orçamento de 1927-28 os ultimos governos constitucionais deixaram acumulado no seu «magot» perto de dois milhões, ouro, e em deposito nos Bancos londrinos um valôr, tambem em ouro, que excedia a dois milhões.

Provas bem indicativas são estas de que, ia-mos a caminho dum garantido ressurgimento economico.

Depois que a politica constitucional

cessou, por motivo do 28 de maio, é que os desarranjos economicos se precipitaram intempestivamente a ponto de,—segundo as contas officiais no «Diario do Governo» publicadas,—alem de se exgotarem aquelas reservas em ouro, desde 1 de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927, gastaram-se a mais que todas as receitas do Estado dez milhões de libras.

A despeito das irregularidades do sistema constitucional, quanto á forma do recrutamento dos representantes ao Parlamento, o que é certo é que, mesmo com esses obstaculos, se ia na corrente duma politica economica de resultados positivos.

Outro tanto não aconteceu sequentemente, ao que se constata dos organ.entos posteriores áquele que foi elaborado p lo ministro Marques Guedes.

Logo ocorre perguntar: Era ou não preferivel a politica economica constitucionalista? Parece que a diferença entre uma e outra, evidenciada em praticas realidades e sob a firmesa, gelida, dos numeros, não deve estabelecer duvidas no espirito seja de quem for.

Acentuemos ainda que, com a acção dos ministerios constitucionais da Republica, alem da certeza de chegarmos, sem aumentos de impostos e redução de vencimentos, ao equilibrio orçamental, deixamos, na occasião do 28 de maio, livres de quaisquer compromissos as rendas das industrias dos tabacos e dos fosforos, cujo monopolio havia cessado.

E se a obra a encetar, logo que se fechasse com *superavit* o primeiro ano de contas, não estivesse delineada com a melhor das intenções de dar ao Paiz uma era de verdadeira fomentação da riqueza nacional, certamente aquelas industrias seriam, de novo, alienadas.

E isso não se fez, exatamente, porque se desejava obter um mais perfeito conhecimento da sua elaboração e ainda para se dar a prova de que os principios fundamentais duma Democracia não são palavra vã, sem finalidade bem caracteristica.

Nota-se que, este *desideratum* foi alcançado no pleno usufruimento de todas as regalias populares, situação em que os actos ministeriais estão sujeitos a uma rigorosa fiscalisação parlamentar e em que os governos dependem, inteiramente, das indicações do mesmo organismo fiscalizador.

Dentro dum estado de coisas complicadas, um governo excepcional e, sobretudo, em ditadura, gosa doutros poderes que lhe facilitam exigencias contra as quais não ha para quem apelar, visto acharem-se suspensos todos os orgãos representativos da vontade nacional.

Porem, mesmo assim, como vimos demonstrando, passou-se dum *deficit* anterior ao 28 de maio, de 83 mil contos, para um que roça por perto de 400 mil contos.

Quem lealmente lançar o seu espirito analitico sobre todas as provas, aqui, expalanadas ha-lo, forçosamente, chegar á conclusão de que a politica dos estadistas da Republica era, como sciencia, a politica com que se governam os povos.

E a grande, e insofismavel demonstração dessa verdade está na propria obra do actual titular das Finanças que, de novo, procura emendar o fio partido da politica economica iniciada em 1912 a 1914, e depois repetida em 1924.

Por maiores que sejam os sacrificios pedidos e por melhores que sejam os processos de administração, no inflexivel rigor das suas exigencias, nunca chegaremos a um final caracterisadamente bene-

Quando levantamos esta questão fizemol-o no intuito de defender dois distinctos e zelosos funcionarios republicanos, contra as iras dum secretario de finanças, incorréto e caracteristicamente anormal.

A principio, mui brandamente, tratamos do assunto, tanto mais que era nosso desejo vêr se, com umas simples alusões, conseguíamos que o sr. secretario de finanças mudasse da orientação errada em que ia.

Redondamente nos enganamos, pois. Se até áquele momento andava apoquentado com um tremendo desequilíbrio, depois, então, é que as coisas atingiram um grau de anormalidade quasi perigosa.

Confessamos que, uma tal attitude nos desorientou, porquanto, apesar das suas uzuais volubilidades, sempre imaginamos que os primeiros rebates do que estava para succeder, seriam o bastante para o obrigar a mudar de rumo.

Mas não; o chefe desta Repartição preferiu a lucta com todas as consequencias que daí hão-de, sem duvida derivar. Metido na sua barca de esburacado costado imaginou-se invulneravel ao embate das ondas; porem a paginas tantas, a agua principiou a penetrar por todos os lados ameaçando submergil-o para sempre.

De forma que, o sr. secretario de finanças desencabrestou, derivando para a asneira com aquela especial habilidade que tão peculiarmente o define.

Nós, é claro, não podiamos deixar de nos servir de todos os elementos ao nosso alcance deste que, unicamente, dissessem respeito á sua acção profissional como chefe duma repartição publica. Foi isso, precisamente o que fizemos.

De um lado estavam dois funcionarios, distinctos, honestos,

sem a restitução das liberdades publicas.

Para que os espiritos se unam na mesma aspiração de ressurgimento nacional, não é impondo duras condições, mas sim pedindo-lhe colaboração amiga, collocando governantes e governados no mesmo pé de egualdade que a lei estabelece e marca como condição social da harmonia colectiva.

E o maior erro de visão politica é, precisamente, aquele que deixar fugir essa oportunidade.

Salvato Moline

trabalhadores, considerados e dois autenticos republicanos, injusta e ferozmente perseguidos por um chefe cheio de erros profissionais e com anormalidades de conducta que o incluem numa escala dos desequilibrados a aparentar juizo Do outro lado um secretario de finanças com os defeitos apontados e sem competencia para exercer o cargo a que, só por um burburio da sorte, podia ter ascendido.

Foi, pois, assim, que, de inicio, reclamamos contra a injusta perseguição aos dois funcionarios visados: um aspirante de finanças e um escrivão das execuções fiscais.

Quanto a este ultimo logo se provou a rasão das nossas asseverações, visto que, do processo de inquerito a que se procedeu, resultou, não só demonstrar-se que nunca abandonou o logar como, ainda, o proprio relactor ter proposto o seu immediato regresso ao serviço.

Isto significa o maior chéque que podia ser dado a um chefe duma repartição que, tão mentirosa como levianamente caluniou.

Referentemente á queixa apresentada por um corrécional contra o aspirante de finanças, e que o chefe desta repartição, disse, ao proprio visado, ter dimanado da Direcção Districtal —o que parece ser mais uma falsidade pela propositada demora na sua solução—continua a dormir o sono dos esquecidos, sem que ao visado tenha sido, até hoje, dado conhecimento do seu resultado, sendo certo como é que, essa participação, o o fende gravemente, atribuindo-lhe, falsamente, actos que não cometeu nem jamais cometeria, tanto por decôro do logar que exerce como por educação e brio moral.

Estes dois processos são duas mostruosidades gerados no desequilibrado cerebro do sr. secretario de finanças, que não mediu as consequencias da rede em que se meteu. Sem o pensar, feriu-se com a propria lança com que pretendeu ferir os outros.

No entanto ás pessoas a quem apontou erros, foram logo tomadas as competentes medidas não havendo demoras nessa orientação, com o que, de resto,



